

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Legislativo entra no combate à violência escolar

Assembleia Legislativa assina termo de cooperação com o Ministério Público na luta contra bullying

Páginas 5

APROVADOS

Abono de R\$ 2 mil para delegados de polícia

Incentivo à produção literária em SC

Punição para quem discriminar o ensino a distância

Empréstimo para Programa Microbacias

Página 11

Novo marco regulatório para o petróleo



Carlos Kilian

Entre o presidente Jorginho Mello e a senadora Ideli Salvatti, Dilma fala em entrevista coletiva a jornalistas

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, abriu, dia 23, o seminário "O Pré-sal e Santa Catarina", que reuniu no auditório da Assembleia Legislativa autoridades estaduais e nacionais, parlamentares e especialistas da área. Florianópolis foi a primeira das três cidades catarinenses a sediar a discussão.

Ex-ministra de Minas e Energia no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma destacou que o governo federal, mesmo num período de crise econômica mundial, determinou a manutenção de investimentos superiores a 170 bilhões de dólares na Petrobras. Ela defendeu o modelo de partilha proposto pelo governo e em tramitação no Congresso Nacional, que beneficia todos os estados da federação.

Página 8

Sessões homenageiam Cidasc, centrais sindicais e Alcides Abreu

Eduardo Guedes de Oliveira



Governador recebe placa de primeiro vice-presidente Merísio

Página 3

Parlamento Jovem promove prática legislativa entre alunos

Eduardo Guedes de Oliveira



Caderno Especial

Comissão de Constituição e Justiça autoriza criação de regiões metropolitanas

Página 9

INSTITUCIONAL

OPINIÃO

Acessibilidade: a justificativa da cidadania

Amparado pela Constituição Federal de 1988, consciente de minha responsabilidade como legislador, venho atuando de forma direta e aberta no aperfeiçoamento do regime democrático. Tal atitude é efetuada por proposições, e, maneira mais relevante com projetos de lei, visando ao reforço legal através da acessibilidade aos portadores de deficiências físicas.

Acessibilidade não significa apenas a permissão aos portadores de deficiência, o uso de produtos ou serviços, mas sim a inclusão de tudo que faz parte da construção da sociedade. A Lei da Acessibilidade, o Decreto Lei 5296, de 2 de dezembro de 2004, reforça essa questão.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em convenção aos portadores de deficiência física, sintetiza a preocupação com a acessibilidade no teor do texto: "... que reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana..."

"Todos são iguais perante a lei". Trazer o preâmbulo da lei para o cotidiano exige, acima de tudo, bom senso. Ressaltando que o resultado é a redistribuição, de for-

ma equânime, dos subsídios que o Estado Democrático de Direito mais necessita, e cuja existência, se deve, para quem deve servir: o cidadão.

O aprimoramento de leis para os deficientes físicos e sua busca pela igualdade de condições são a mola propulsora da democracia. A divisão e a delegação de direitos e deveres ao cidadão só pode ser ofertadas se todos, de maneira geral, puderem exercer o seu poder de opinar.

Hotéis com reserva e adaptado para deficientes físicos; carnês na linguagem do alfabeto em relevo (braille), linguagem em libras, apitos sonoros em estações de transportes coletivos são alguns exemplos do que já foi feito, e do que precisa ser feito, para que todos possam gozar plenamente de seus direitos.

Somente dessa forma, os deveres poderão fazer parte da cartilha cidadã na construção de um estado soberano, livre e fraterno. As diferenças sociais, religiosas ou mesmo étnicas ficam renegadas a segundo plano. Ampliar o leque da democracia em todos os setores é o legado do sistema legislativo.

Deputado José Natal (PSDB)

Nova biblioteca é inaugurada e recebe o nome de Deputado Marcelino Antônio Dutra

A Biblioteca da Assembleia Legislativa recebeu, dia 20, o nome de Deputado Marcelino Antônio Dutra, deputado estadual e presidente do Parlamento em 1857 e 1861. A homenagem aconteceu a pedido do presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), que afirmou que a escolha atendeu sua solicitação, aliando o perfil de um político, ex-presidente da Casa e ativista cultural.

Conforme Jorginho Mello, a reinauguração da biblioteca tem como objetivo mostrar a nova fase digital do setor. "Colocar o nome dessa biblioteca como Deputado Marcelino Antônio Dutra é homenagear um grande catarinense. Santa Catarina deve se sentir orgulhosa por isso. Estamos resgatando a nossa história", disse.

Também estavam presentes no evento familiares do ex-deputado como a trineta Lenir Wanda Dutra da Veiga, de 80 anos. "Receber uma homenagem é sempre muito gratificante. E estar aqui significa muito para nós porque sabemos que estamos representando alguém que trabalhou muito por nosso estado e por nossa cultura". O representante mais novo da família,

Caio Zanetti Dutra, de quatro anos, descerrou a placa com o deputado Jorginho Mello.

Em nome da Academia Catarinense de Letras, Lauro Junckes destacou as obras do homenageado. "Além de político, Marcelino era um grande escritor. Aliás, ele é considerado nosso precursor, sendo considerado nosso primeiro escritor".

Marcelino, que foi professor, promotor público, poeta e jornalista, assumiu pela primeira vez uma cadeira no Parlamento catarinense em 1844 e foi duas vezes presidente, em 1857 e em 1861. Também é autor, dentre

outros, do poema "Assembleia das aves", uma crítica bem fundamentada a respeito da política catarinense do século XIX. Nesta obra, ele batizou amigos e rivais com nomes de aves.

Consciência Negra

Durante a solenidade, Jorginho Mello fez uma homenagem aos servidores Marilú Lima de Oliveira e Walter da Luz Filho, pela passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro. Marilú é coordenadora de Estágios Especiais e Walter é coordenador de Publicação.

Carlos Kilian



Presidente Jorginho junto aos familiares do deputado Marcelino

[AGENDA]

• **Dia 30, 9h:** Exposição de esculturas do artista Kiko Cervi
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 30, 19h:** Sessão especial em homenagem à Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf)
Local: Plenário

• **Dia 30, 19h:** Ato solene marcando os 30 anos da Novembrada, com exibição de documentário baseado no livro "Abaixo as ditaduras", de autoria do Desembargador Lédio Rosa de Andrade
Local: Auditório Antonieta de Barros e Espaço Cultural Jerônimo Coelho

• **Dia 1º, 9h:** Comissão de Finanças - Audiência pública para discutir a municipalização do Ensino Fundamental em Santa Catarina
Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 1º, 19h:** Lançamento do livro "Zury Machado - Em sociedade tudo se sabe", de Luiz Henrique Tancredo
Local: Hall da Assembleia Legislativa

• **Dia 1º, 20h:** Sessão solene em homenagem ao cinquentenário da primeira eleição municipal
Local: Siderópolis Clube - Siderópolis

• **Dia 2, 19h:** Lançamento do livro "Sensibilidade de ver retratos de uma época", de Edézia Santos da Silva
Local: Hall da Assembleia Legislativa

• **Dia 3, 16h:** Comissão de Educação - Audiência pública para discutir a temática "A implantação de uma extensão do Instituto Federal Tecnológico (IFET) no município de Maravilha"
Local: Salão Paroquial da Igreja Católica - Maravilha

• **Dia 4, 14h:** Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública "Situação da rede catarinense meteorológica"
Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

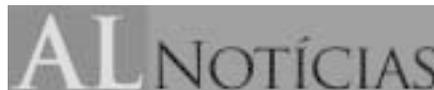
4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andréa Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão especial requerida pelo primeiro vice-presidente Gelson Merísio reúne autoridades como governador Luiz Henrique e secretário da Agricultura, Antônio Ceron, no Plenário Osni Régis

Parlamento destaca 30 anos da Cidasc

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC responde pela sanidade animal e vegetal no estado

Scheila Dziedzic

Antecipando os 30 anos de fundação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), fundada no dia 27 de novembro, a Assembleia Legislativa, por proposição do primeiro vice-presidente, deputado Gelson Merísio (DEM), homenageou a empresa que remete à excelência em sanidade animal e vegetal que Santa Catarina ostenta. A sessão especial, realizada no dia 23, no Plenário Osni Régis, reuniu autoridades como o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

O governador lembrou que na mesma data, há um ano, o estado passava pela mais terrível tragédia climática de sua história, que tirou a vida de 135 catarinenses. Em memória às vítimas, Luiz Henrique pediu um minuto de silêncio. Para ele, lembrar a tragédia é uma maneira de exaltar o espírito solidário e heroico dos servidores da Cidasc, que estenderam suas atividades e deixaram o conforto de suas casas para atender às vítimas.

Luiz Henrique também lembrou a rápida providência da Assembleia, que aprovou projeto do Executivo, em um dia, permitindo que fossem indenizados todos os que tiveram abatidos animais em função das chuvas e desabamentos. "Fato que só foi possível também pela ação dos funcionários no preenchimento rápido dos boletins necessários."

Para ele, a Cidasc age como importante parceira em programas de governo, no sentido de evitar o que se chama de litoralização. O governador citou programas como a pavimentação das vias de acesso

do interior, levando imensas possibilidades às regiões produtoras, bem como as ações que levam luz elétrica às áreas rurais e do interior e a extensão das redes de abastecimento de água, com auxílio da Cidasc na escavação de poços em pequenas propriedades, e de aproveitamento das águas das chuvas.

Em seu discurso, o governador citou diversas outras ações que contaram com "inestimável apoio da companhia" e finalizou comentando que "hoje se pode afirmar que temos um mecanismo muito eficiente de controle da sanidade animal, com a presença em novas culturas como a ovinocultura de leite. "Por trás de todas estas atividades está a Cidasc", declarou.

Trabalho

Em nome da Assembleia, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) destacou a Cidasc como "uma grande parceira do setor produtivo rural" e recordou que no início era chamada Campanha contra a Febre Aftosa em Santa Catarina (Cafasc). "Os anos foram passando e o crescimento se mostrou graças ao trabalho sério e técnico dos profissionais da empresa. Naquela época, nossos técnicos viajavam de jipe."

Marcia Regina Barbieri, funcionária da Cidasc, falou em nome dos colegas e agradeceu a homenagem. "Difícil falar da empresa sem me emocionar, pois a história de muitos se confunde com a da Cidasc. Aqui descobrimos o equilíbrio, a honradez e o profissionalismo. Ao representar os colegas, me sinto honrada com esta justa homenagem e reconhecimento", disse.

Ceron agradece empenho de servidores

O secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, cumprimentou os mais de 1,2 mil cidasquianos, como são carinhosamente chamados os servidores, e fez um agradecimento público em relação à parceria com a atual administração, o que proporcionou a renovação do quadro de pessoal através de concurso público em 2006. Segundo ele, foram mais de 20 anos sem contratações. "Se eu tivesse que usar apenas uma palavra para registrar o que penso da Cidasc, usaria a palavra superação. Mesmo com as dificuldades próprias do Estado, tem uma estrutura invejável e o compromisso da qualidade, como nos países europeus."

Para o presidente da Cidasc, Edson Henrique Veran, a criação da empresa, em 27 de novembro

de 1979, pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis, através da Lei nº 5.516, foi o início de uma história de destaque e sucesso na defesa sanitária animal e vegetal de Santa Catarina. "Sempre que foi desafiada, a Cidasc, através de seus valiosos colaboradores, não mediu esforços para desempenhar suas metas com o máximo de eficiência." Veran disse que, através da persistência, da atuação, de programas de educação sanitária e implantação de barreiras nas divisas do estado foi possível conquistar o certificado da Organização Mundial de Saúde (OMS) como zona livre de febre aftosa, primeiramente com vacinação e depois sem vacinação.

O presidente também fez referência à atuação dos servidores da Cidasc na tragédia que

ocorreu em novembro passado com as cheias e deslizamentos de terra. "No dia seguinte ao ocorrido, todas as nossas equipes estavam em vários locais atingidos."

Tanto o Parlamento, através de seus deputados, quanto a Cidasc, por meio de seu presidente e ex-presidentes, homenagearam pessoas que foram importantes na história da companhia. Gelson Merísio, que presidiu a sessão especial, entregou uma placa comemorativa à Cidasc.

Outras personalidades também foram homenageadas. O primeiro a receber a honraria foi o governador Luiz Henrique, seguido do secretário Antônio Ceron e do presidente da empresa, Edson Henrique Veran. O Poder Legislativo homenageou outros colaboradores da Cidasc.

Os homenageados

- **Lucia de Lurdes Cimolin da Silva** – vice-presidente da Cidasc
- **Wilmar Mário Sachet**- diretor de planejamento
- **José Joni Waltrick**- diretor técnico
- **João Luiz Zanatta**- diretor de comercialização e negócios
- **Eleonora Schimitt Machado**- presidente da Associação dos Servidores

Ex-presidentes:

- Nilton Rogério de Souza
- **Roberto Alois Zaguini**
- Olices Osmar Santini
- **Ademar Paulo Santini**
- Glauco Olinger
- **Alceu Gaio**
- Arnaldo Lopes Thiago
- **Jarbas Freire de Oliveira**
- Raul Furlan
- **Antônio Reinaldo Torezan**
- Fernando César Granemann Driessen
- **Wilmar Carelli**
- Gecio Humberto Meller
- **Hamilton Ricardo Farias**
- Ubiratan Simões Rezende

INSTITUCIONAL

Assembleia presta homenagem a cinco centrais sindicais e ao Dieese

Solenidade destaca a recente criação do salário mínimo estadual, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro

Eduardo Guedes de Oliveira

Rose Paz Padilha Ferreira

Trabalhadores e representantes de centrais sindicais de Santa Catarina foram destaque, dia 25, em sessão especial requerida pelo deputado Pedro Uczai (PT). Foram homenageadas cinco centrais sindicais e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese), cujos representantes receberam placas comemorativas. A instituição do salário mínimo estadual, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro, motivou a iniciativa do deputado.

Em sua manifestação, Uczai afirmou que o salário mínimo estadual é “uma conquista histórica para os trabalhadores” e que representa a “união e a articulação” das centrais sindicais junto ao Dieese. O parlamentar lembrou que a proposta, já transformada em lei, surgiu da iniciativa popular que recebeu 50 mil assinaturas, número que demonstra não só o interesse em torno do assunto, mas também a capacidade de mobilização da classe trabalhadora. “O Parlamento e o Executivo se ajoelharam à articulação e à unidade das centrais sindicais e hoje é o momento de comemorarmos essa belíssima vitória.”

Também os deputados Professor Sérgio Grandó (PPS), Dirceu Dresch (PT) e Vanio dos Santos (PT) parabenizaram as centrais sindicais,

o Dieese e os trabalhadores pela conquista do salário mínimo estadual, resultado, segundo eles, de antiga luta e de mobilização.

Os pronunciamentos dos representantes das centrais sindicais focaram na necessidade de novas lutas como a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que prevê a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Houve unanimidade entre os que se manifestaram no sentido de solicitar o empenho do Legislativo estadual para que essa e outras reivindicações se tornem realidade.

Em nome do Dieese, Ivo Castanhera lembrou que as primeiras movimentações pelo salário mínimo estadual começaram em 2006 e que, de lá para cá, foram muitas as ações para que o desejo dos trabalhadores catarinenses se tornasse realidade. “É difícil mensurar a importância do salário mínimo estadual para os trabalhadores, mas um reflexo claro é que passa a ser ferramenta muito importante nas negociações coletivas. E o Parlamento entendeu essa importância. Tanto que mesmo sem a concordância da classe empresarial, ele foi aprovado pela Assembleia.” Ao final de seu discurso, Castanhera agradeceu a todas as pessoas e instituições que participaram do processo.



Representantes de centrais sindicais e trabalhadores prestam homenagem no Plenário Osni Régis

Quem recebeu placas

- **Neodi Giachini - Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**
- Osvaldo Mafra - Presidente da Força Sindical
- **Luiz Carlos Dartora - Presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil**
- Moacir Pedro Rubino - Secretário Geral da União

Geral dos Trabalhadores

- **Carlos Alberto Baldissera - Diretor de Relações do Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores**
- Ivo Castanhera - Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Sessão especial destaca Alcides Abreu

Carlos Killian



Alcides Abreu (sentado) ao lado do jornalista Moacir Pereira

Familiares, amigos e autoridades lotaram, dia 24, o Plenário da Assembleia Legislativa para homenagear Alcides Abreu. Na ocasião, foi lançado o livro sobre o professor, do desembargador Volnei Ivo Carlin e do jornalista Moacir Pereira, com o título “Alcides Abreu: O construtor do futuro”.

Alcides Abreu nasceu em Bom Retiro, em setembro de 1926. Doutor em Direito, foi professor universitário, economista e administrador. Teve destacada atuação na administração pública nos últimos 50 anos, participou efetivamente dos governos de Celso Ramos e Colombo Salles, presente à sessão. Também foi o idealizador do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Seguidor da doutrina espírita Abreu, ao longo de seus 83 anos, dedicou-se a trabalhos volun-

tários em centros espíritas, no Hospital de Caridade e na Penitenciária de Florianópolis.

Após receber inúmeros elogios, Alcides optou por não ler o discurso que havia preparado. Ao descrevê-lo em tópicos, o homenageado não escondeu sua emoção ao lembrar passagens de sua história sempre relacionadas ao contexto mundial. “Tenho como premissa que a vida nas partes econômica e política não anula a vida na parte social. Quero agradecer as palavras e as homenagens. Tenho orgulho da capa deste livro que percorrerá todo o Estado”, declarou.

O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), funcionário de carreira do BESC, comentou que o professor foi o correntista número 1 do banco e que era exaltado pelos servidores. “Digo, em nome dos 40 deputa-

dos, que Santa Catarina lhe deve muito. Que Deus lhe dê muitos anos de vida para que continue brilhando e sendo seguido.”

Já o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) ressaltou seu empreendedorismo, destacando a criação e implantação do banco estadual, entre outras ações de sua autoria. “É um grande observatório da realidade catarinense, um telescópio mais potente que o criado por Galileu Galilei, desenterrando práticas esquecidas e valorizando-as”, disse.

Em nome dos parlamentares, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) destacou que Alcides é um homem de visão global e de futuro, considerado um baluarte “que deu brilho à administração de muitos governadores”. “Continua fiel aos seus princípios: ensinar à sociedade para conhecer seus direitos e seus deveres”, acrescentou.

INSTITUCIONAL

Legislativo no combate ao bullying

Assembleia assina termo de cooperação com o Ministério Público contra a prática dessa forma de violência escolar

Fotos Solon Soares

Andreza de Souza

A Assembleia Legislativa assinou um termo de cooperação com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina dia 23, no gabinete da presidência, para combater o bullying (atitudes violentas e agressivas) no ambiente escolar. Com esse propósito, firmou parceria endossando a campanha "bullying, isso não é brincadeira". Participaram do encontro o presidente do Parlamento catarinense, deputado Jorginho Mello (PSDB), o subprocurador-geral de Justiça do MP, José Eduardo Orofino da Luz Fontes, a promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Priscilla Linhares Albino, e o diretor-geral da Casa, Paulo Ricardo Gwosdz.

Folderes, cartilhas, gibis, marcadores de páginas e cartazes integram o material da campanha e trazem informações às crianças e aos adolescentes, à família, aos responsáveis e à unidade escolar que ajudam a identificar a criança vítima dessa forma de violência e qual o procedimento a ser adotado. O material será distribuído no início

do próximo ano letivo nas escolas públicas estaduais e municipais.

Segundo a promotora do MP, as consequências vão desde a baixa autoestima, passando pelo baixo rendimento e evasão escolar, agressividade e desejo de vingança, estresse, ansiedade, fobias, dificuldades de relacionamento até depressões e ideias suicidas. "Cabeção, rolha de poço, quatro olho são alguns dos apelidos usados com frequência. As crianças sofrem com essas denominações, mas não se dão conta disso. Muitos encaram como brincadeira de criança", disse. Priscila Albino destacou que o bullying é um novo nome para um tipo de violência que já vinha acontecendo há muitos anos. "O bullying é todo ato que cause agressão, humilhação, intimidação ao ponto da criança não querer ir mais à escola. É preciso ficar atento."

Ações no Parlamento

Conforme Jorginho Mello, a Assembleia patrocina grande parte do material da campanha, entendendo que o resultado será positivo. Ele comentou a importância da



Presidente Jorginho Mello com subprocurador-geral da Justiça, José Eduardo da Luz Fontes, e promotora Priscila Albino

mobilização. "Não podemos tratar o assunto como uma simples brincadeira. Tem criança que se retrai e não quer mais ir à escola."

O assunto já foi tema de várias manifestações em Plenário e no último dia 16, no Auditório Deputado Antonieta de Barros, foi debatido entre educadores no seminário regional "Os desafios da educação

brasileira - Violência e drogas nas escolas", realizado pela Escola do Legislativo.

O encontro teve a participação do presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP). O parlamentar é autor de uma lei que autorizou o governo do Estado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar

e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas.

A proposta tem o objetivo de prevenir e combater a prática nas escolas, capacitar docentes e equipe pedagógica incluir regras normativas contra a prática esclarecer sobre aspectos éticos e legais e desenvolver campanhas educativas, entre outras ações.

Carta repudia discriminação a instituições de ensino a distância

O crescimento constante do preconceito contra as Instituições de Educação a Distância, debatido durante Seminário Catarinense de Educação a Distância realizado dia 23, no Poder Legislativo, através da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, resultou na elaboração de uma Carta de Intenções. O documento aborda as principais preocupações, uma vez que a rejeição de algumas empresas e órgãos públicos aos "diplomas" conquistados a partir da modalidade está afastando muitos estudantes do sonho de obter uma graduação.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Ricardo Holtz, só no Brasil mais de 1 milhão de pessoas optaram pela modalidade. "Uma pesquisa realizada pela associação com 15 mil estudantes, dos 27 estados da federação brasileira, de 59 instituições que oferecem o ensino a distância, revelou que 87% dos estudantes destas instituições estão satisfeitos com o ensino aplicado." Holtz ressaltou que a "campanha" contra a educação a distância vem impossibilitando que profissionais graduados concorram a vagas em

concursos públicos, entre outros prejuízos.

Durante os trabalhos, o Projeto de Lei nº 122/09, de autoria do deputado Professor Sérgio Grand (PPS), que vai punir qualquer empresa, órgão ou entidade que discrimine cidadãos que disponham de formação superior ou vida acadêmica nas modalidades de ensino a distância, foi apresentado. O projeto foi aprovado na sessão ordinária do dia 25 (leia matéria na página 11).

Segundo o autor, essa é uma matéria que deveria ser sugerida às demais casas legislativas, uma vez que o preconceito está presente em vários estados.

A partir do amplo debate, o Conselho Estadual de Educação, a Associação Brasileira de Educação a Distância, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), a Associação das Mantenedoras Particulares Superior de Santa Catarina (Ampec), junto com a Comissão de

Educação, mostraram a disposição de por em prática ações para sanar esse problema que enfraquece o modelo, atribuindo a ele seu merecido valor. O documento elaborado está direcionado às autoridades que possuem em suas atribuições a garantia do ensino de qualidade à sociedade.

O grupo de trabalho destacou que a modalidade está plenamente regulada e disciplinada pelos órgãos educacionais competentes, principalmente

pelo Ministério da Educação e respectivo Sistema de Educação de Santa Catarina, que por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, concluiu que não cabe aos respectivos conselhos repudiar o registro de diploma de quaisquer instituições educacionais, uma vez que elas já têm reconhecimento dos órgãos competentes.

Qualidade

Representantes do setor educacional do país e do estado participaram do seminário. O encontro discutiu o marco regulatório da educação a distância (implantado pelo Ministério da Educação em 2006, através do decreto 5622), a qualidade dos serviços e os ajustes necessários a essa modalidade de ensino.

No seminário, o presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Ricardo Holtz, falou da importância de debater o assunto no momento em que, segundo ele, o preconceito em relação ao tema vem se alastrando no país, colocando em risco essa metodologia.



Comissão de Educação, por iniciativa do seu presidente, deputado Pedro Uczai, realiza seminário para tratar do segmento

GERAL

Catástrofe que atingiu Santa Catarina em 2008 ganha destaque em Plenário

Um ano após a tragédia, 2,4 mil famílias continuam desabrigadas e 3,6 mil permanecem desalojadas nos municípios afetados pelas chuvas de novembro

A maior tragédia causada por chuvas em Santa Catarina, que duraram cerca de três meses e afetaram mais de 2 milhões de pessoas, completou um ano no dia 22 de novembro. Após todo esse tempo, a Defesa Civil do Estado calcula que 2,4 mil famílias continuam desabrigadas e 3,6 mil permanecem desalojadas nos municípios afetados.

No total, 135 pessoas morreram em consequência das chuvas de 2008, sendo o soterramento a principal causa (97%), e duas pessoas ainda estão desaparecidas. Além disso, 78 mil tiveram que deixar suas residências.

No balanço das tragédias, a deputada Ana Paula Lima (PT) lembrou que há um ano o Parlamento catarinense, através do Fórum Permanente de Solidariedade às Cidades Atingidas pelas Chuvas e Deslizamentos, está acompanhando as famílias atingidas. "Situações como os abrigos ainda existentes em Blumenau, onde famílias estão vivendo em situação precária e sofrendo com a falta de atendimento às necessidades básicas", argumentou.

A deputada enalteceu o posicionamento do governo federal frente à tragédia, mas criticou a administração estadual, "que não fez sua tarefa de construir as casas necessárias com o dinheiro proveniente de Brasília e de uma série de doações de milhares de brasileiros".

Ana Paula lembrou que a reconstrução de casas será feita através do programa 'Minha Casa, Minha Vida', do governo federal. Segundo ela, por "incompetência das administrações estadual e municipal", as famílias suportarão mais um ano vivendo em abrigos".

A deputada recebeu apoio do deputado Pedro Uczai (PT), que chamou a atenção para as obras realizadas nas regiões atingidas, principalmente em Blumenau. "Aproveitando a situação emergencial, as licitações foram ignoradas e obras tiveram seus preços multiplicados se comparados com outros momentos. Enquanto isso a população sofre com o pouco auxílio que recebe", avaliou. Uczai mencionou que os recursos são reais, mas falta vontade política para resolver o problema.

Em contrapartida, o deputado Jean Kuhlmann (DEM) elogiou a postura da prefeitura de Blumenau, que tem se esforçado para reverter as intempéries sem o auxílio do governo federal. "O governo fe-

deral cortou, por decreto, os R\$ 50 milhões destinados à prevenção de desastres. Por outro lado, os recursos doados, na ordem de R\$ 8,2 milhões, foram utilizados para a compra de terrenos que receberão as casas da população que ainda reside em abrigos", justificou, acrescentando que "a prefeitura de Blumenau vem cumprindo com os compromissos."

O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), por sua vez, destacou o papel da Defesa Civil no episódio. "Ela tem demonstrado agilidade, embora o governo venha administrando uma catástrofe atrás da outra", ponderou, destacando que o governo tem buscado soluções para a situação. "Os catarinenses demonstram grande capacidade de superar as provações que a natureza impõe", observou.

Ana Paula lamentou que o governo do Estado, no entanto, não construiu as casas necessárias para o povo catarinense. "Como parlamentares temos que denunciar o que está acontecendo, já que a falta de competência do Poder Executivo repassou a responsabilidade da reconstrução das casas destruídas pela enxurrada para o Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo Lula", frisou.

Solidariedade

Solidário às vítimas da tragédia, o deputado Padre Pedro Baldissera (PT) disse que, recentemente, esteve na região e que os questionamentos da população são frequentes. "O que a sociedade quer e precisa é de uma prestação de contas que mostre onde o dinheiro foi investido, pois foram muitas as pessoas que participaram da campanha de arrecadação." Independente se os recursos vieram do governo federal ou estadual, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) ressaltou que esteve nas regiões atingidas em busca de ajuda para recuperar a dignidade das famílias.

Diante dos posicionamentos, o deputado Silvio Dreveck (PP) disse que é visível que pouca coisa foi feita em prol das vítimas e que há um jogo de transferência de responsabilidades entre o governo federal e o estadual. "Infelizmente, esse troca-troca acaba prejudicando o muito além dos atingidos, mas todo o estado, que acumula uma série de prejuízos", lamentou.



No Morro do Baú, município de Ilhota, Vale do Itajaí, imagens de devastação na região mais atingida pelas chuvas de novembro do ano passado

Doações

"O governo federal agiu rápido e liberou um volume grande de recursos, prontamente. Mais de R\$ 2,6 bilhões foram liberados. Porém, a burocracia foi um entrave e o governo do estado demorou a fazer a parte dele. Os laudos e demais documentações demoraram muito para chegar aos órgãos federais. Ainda não se sabe o valor dos investimentos feitos pelo governo estadual, não houve transparência nisso. A principal ação do governador foi feita com recursos doados por pessoas de todo o Brasil, e não com verba própria."

Deputado Dirceu Dresch, líder do PT

Reflexão

"Temos que refletir sobre o tratamento que a sociedade vem dando para a natureza. O ser humano está transformando demais o nosso Planeta. Temos que refletir sobre o futuro. As tragédias vividas por Santa Catarina nos últimos meses têm muito a ver com essa transformação. Nosso papel, no momento, é criar condições financeiras e estruturais para socorrer nosso povo."

Deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT

Instituto

"A bancada do DEM propôs a criação do Instituto Climático de Santa Catarina, que se denominará Climesc, para que o Estado possa estruturar melhor seu sistema de monitoramento climático. Verbas federais e internacionais serão buscadas para a implantação do instituto."

Deputado Cesar Souza Júnior, líder do DEM

DEPOIMENTOS

Prejuízos

"As catástrofes trouxeram prejuízos econômicos e sociais. Demos algumas sugestões quando estávamos em Brasília para tratar deste assunto: o governo federal deverá firmar convênios diretamente com os municípios atingidos, para diminuir burocracia e ganhar tempo. Sugerimos também a destinação de recursos em dinheiro para as famílias pela União. E, principalmente, a destinação de recursos do Fundo Social, que é mais ágil e mais prático, pois não precisa de autorização do Poder Legislativo."

Deputado Silvio Dreveck, líder PP

Defesa Civil

"Santa Catarina está vivendo momentos difíceis e precisa pensar bem na sua situação. Por isso eu defendo a criação de uma Secretaria da Defesa Civil. Praticamente 70% dos municípios catarinenses não possuem Defesa Civil. Com isso vamos poder nos organizar e tentar conviver com todos os tipos de situações."

Deputado Professor Sérgio Grandó, líder do PPS

Reconstrução

"A dura realidade que se abateu sobre o povo catarinense trouxe como lição a necessidade de respeitarmos a natureza e planejar a ocupação inteligente. Aprendemos muito com essa tragédia. Ela mostrou, além da nossa grande capacidade de mobilização, onde não poderemos falhar em novos eventos desse tipo. Inclusive, por meio do Instituto Ressoar, estamos ajudando a reconstruir as casas de centenas de vítimas."

Deputada Professora Odete de Jesus, líder do PRB

Preservação

"Preservar a natureza é uma obrigação de todos nós. Estamos recebendo o que fizemos para ela. É preciso que se aplique a política de reflorestamento. O Código Ambiental prevê que quem plantar além do que está estipulado na Lei será compensado. É a política de compensação que precisa ser implementada. Mais do que nunca, o que cabe a nós parlamentares, é trabalhar junto com o governo estadual para que a infraestrutura, o saneamento, as obras de dragagem aconteçam."

Presidente Deputado Jorginho Mello (PSDB)

FGTS

"Muito pode ser feito. Por isso, destaco o decreto do Ibama que permite a utilização, por parte dos municípios atingidos, das árvores arrancadas pelos vendavais e tornados. Mas, de qualquer forma, esse limite precisa ser aumentado. A liberação total do FGTS para os moradores dos municípios em situação de emergência também é um grande fator positivo nesse momento."

Deputado Serafim Venzon, líder do PSDB

Ajuda

"A Defesa Civil presta pronto atendimento, faz levantamentos e instrui os municípios em relação a procedimentos administrativos. Em Catanduvas, pude constatar como foi o processo que viabilizou R\$ 100 mil de pronto, para auxiliar na remoção de entulhos de propriedades que foram atingidas."

Deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB

Mais força para Lei Maria da Penha

Uma moção será encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado solicitando a ampliação, em Santa Catarina, dos juizados especiais de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Este foi um dos vários encaminhamentos da audiência pública que debateu a execução da Lei Maria da Penha no estado, realizada através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Proteção à Família e à Mulher, dia 24, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, com a participação de várias representações ligadas ao movimento de mulheres.

Entre outras reivindicações, o envio, pelo Parlamento, de um pedido de informação ao Executivo sobre a quantidade de delegacias especializadas no atendimento à mulher, casas abrigo e centros de referência efetivos no estado;

dos programas efetuados para a geração de emprego e renda às mulheres; bem como uma posição do governo quanto à assinatura do pacto estadual pelo fim da violência; solicitação ao Ministério Público do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC); um novo diálogo com o governo estadual com a presença do Fórum de Implementação da Lei Maria da Penha/SC; e a criação de políticas públicas afirmativas no combate à violência doméstica.

O verbo "denunciar" é o norte defendido por quem trabalha diretamente com a aplicação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Porém, de acordo com a deputada Ana Paula Lima (PT), na maioria dos casos essa ação é impedida

pelo medo. "Houve um grande aumento de denúncias, mas precisamos avançar. E o primeiro passo é vencer o medo, vencer os diversos paradigmas e encorajar cada vez mais mulheres", disse a presidente da Comissão de Direitos e Garantias.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 43% das brasileiras relataram ter sofrido violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida, 60% das mulheres agredidas não abandonaram o lar sequer por uma noite e outras 20% saíram de casa, mas voltaram. Conforme a delegada da 6ª Delegacia de Polícia da Capital, Mônica Coimbra Forcellini, em Santa Catarina houve um aumento de denúncias com a Lei Maria da Penha. "Elas estão mais seguras em denunciar o fato, porque acreditam no processo judicial."



Comissão de Direitos e Garantias Individuais promove debate sobre efetividade da lei contra violência doméstica

Palestra destaca violência e discriminação

No período da tarde, duas palestras encerraram as atividades. A primeira foi ministrada pela pesquisadora e professora de Direito, Samantha Buglione, que falou sobre Violência e Discriminação. De acordo com ela, o principal problema vivido pela mulher é que ela é vista sem finalidade própria. "A mulher, a natureza e os animais ainda são vistos como seres sem dignidade,

sem finalidade própria. Mas temos que lutar por mudanças."

Samantha destacou que toda mudança deve começar individualmente e que todo tipo de discriminação deve ser combatida. "Ou lutamos contra todas as formas de discriminação e violência, ou faremos um trabalho pela metade. Lutar contra sua discriminação e não pela do próximo é falta de

coerência ética", enfatizou.

A última palestra tratou da evolução do papel da mulher na sociedade e foi proferida pela psicóloga Li Travassos. Ela acredita que a mulher sempre foi fundamental para a transformação da história. "Começamos nos primórdios da criação quando decidimos que ficaríamos com os filhos, enquanto os homens iam para a caça."

Deputada defende informação e educação

Na mesma tarde, no Plenário, a deputada Ada Faraco De Luca (PMDB) também falou sobre o tema. Para ela, a violência contra a mulher trata-se de um problema cotidiano, fruto das relações de poder entre homens e mulheres na vida doméstica. "É urgente a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha e torna-se urgente

também a educação e informação da lei para todas as mulheres e, principalmente, para as nossas adolescentes, para que saibam como sair deste ciclo de violência, identificar e se prevenir contra a violência", disse.

A parlamentar mostrou dados da violência pelo mundo. Segundo ela, a cada cinco

anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica. Na América Latina e Caribe, a violência atinge entre 25% a 50% das mulheres. "Mais que o corpo, a violência machuca a alma, destrói os sonhos e acaba com a dignidade da mulher", finalizou parafraseando a atriz Marília Pêra.

Florianópolis abre discussão sobre novo marco regulatório do petróleo

Ministra da Casa Civil faz balanço de investimentos federais na Petrobras no Seminário “O Pré-sal e Santa Catarina”

Carlos Kilian



Em entrevista coletiva, acompanhada por deputados e senadora Ideli Salvatti, ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fala sobre a exploração das unidades de petróleo no país

Rodrigo Viegas

Primeira das três cidades a receber o seminário “O Pré-sal e Santa Catarina”, Florianópolis reuniu dia 23, no auditório da Assembleia Legislativa, inúmeras autoridades estaduais e nacionais, bem como parlamentares e especialistas da área, para discutir o novo marco regulatório do petróleo. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, abriu a programação abordando a exploração e as unidades do petróleo no país. Em seguida, a senadora Ideli Salvatti (PT/SC) avaliou os benefícios da exploração do pré-sal para o estado.

Ex-ministra de Minas e Energia no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma destacou que o governo federal, mesmo na crise econômica mundial, determinou a manutenção de investimentos superiores a 170 bilhões de dólares na Petrobras. “A intenção do governo foi manter investimentos cruciais para exploração de gás e

petróleo, o que manteve o nível de desenvolvimento do Brasil e contribuiu para enfrentar a crise mundial”, avaliou a ministra.

Segundo Dilma, a sustentação de quatro grandes movimentos estruturais foi definitiva para que o Brasil atingisse um alto nível de investimentos. “A política de expansão de crédito, a inserção intencional das exportações brasileiras, a manutenção da inflação sob controle e a política de investimentos em infraestrutura foram fundamentais para reverter um quadro que se mostrava desfavorável”, avaliou.

Como exemplo de política de investimento, a ministra citou a exploração do pré-sal e a mudança no marco regulatório. “Iniciamos a exploração em 1953 e, desde então, buscamos a autossuficiência, alimentamos a pesquisa e a descoberta do pré-sal culmina o êxito deste processo. Tudo que conquistamos em termos de reserva de petróleo ao longo destes anos conseguimos

dobrar com as descobertas do pré-sal”, enfatizou.

A comparação entre a situação da exploração do petróleo entre 1997 e 2009 foi uma das abordagens. “Na década de 90, a exploração era avaliada como de alto risco e baixo lucro, o país vivia instabilidade macroeconômica e a Petrobras estava fragilizada. Já em 2009, temos reservas em dólares, estabilidade macroeconômica, descoberta recente de grandes reservas e parque petrolífero com boa tecnologia. A situação coloca o Brasil em posição privilegiada.”

A exploração do pré-sal, para a ministra, poderá gerar o fortalecimento nacional. “Expansão do parque industrial do país atendendo à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), agregação de valor na cadeia do petróleo, criação de novos empregos, relevância para a balança comercial, combate à pobreza, acesso à educação e renda, além da segurança energética, são alguns dos benefícios”, observou.

Modelo beneficia 27 estados

A ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, defendeu, em entrevista coletiva, no dia 23, o modelo de partilha dos recursos do petróleo retirado do pré-sal. Ele distribui os recursos entre os 27 estados da União, mesmo aqueles que não têm reservas em seu território. Segundo ela, o petróleo não tem relação com seu custo. “Sabemos que a lucratividade é alta, com uma renda muito grande que ficará para a população”, salientou.

O modelo adotado pelo governo federal pretende assegurar que os recursos fiquem com a população e um dos instrumentos para isto é a criação do fundo social, que permite a criação de mecanismos para investimentos no combate à pobreza, defesa do meio ambiente, na qualidade da educação, entre outros. “Para o nosso governo, era uma ques-

tão de honra que os recursos do pré-sal fossem divididos entre todos”, afirmou.

Questionada sobre os royalties, a ministra disse que a discussão deve ser feita no Congresso Nacional. Segundo ela, o assunto não é a maior parte da renda, mas sim um agregado. “A briga pelos royalties não está em pauta, mas o governo está disposto a debater, já que há previsão constitucional”, ressaltou.

Dilma disse que o governo acredita que haverá recursos suficientes para a exploração das reservas, mesmo tendo apenas uma empresa preparada no Brasil, a Petrobras. O governo também pretende atrair investimentos privados nacionais e internacionais, além dos bancos, para a exploração. “A Petrobras representa 23% da exploração em grandes profundidades. É a maior do mundo. A segunda maior tem 14%”, falou.

Agenda Positiva do Parlamento inclui defesa dos royalties

O presidente do Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB), falando em nome do Parlamento catarinense, lembrou que a questão dos royalties do pré-sal faz parte da Agenda Positiva da Assembleia, que objetiva nortear as ações parlamentares nos assuntos tratados como prioridade.

“Esperamos que Santa Catarina, um estado de bons exemplos, possa ter maior acesso aos recursos a que tem direito, o que trará benefícios não só para os catarinenses

como para todo país”, observou.

Em sua palestra, a senadora Ideli Salvatti abordou a importância dos royalties para o estado, mas também a necessidade fundamental de Santa Catarina se adequar para as possibilidades que se abrirão. “Amplios benefícios e uma elevação considerável da cadeia produtiva forçam o estado a se adaptar à realidade e à demanda de serviços”, avaliou.

A senadora deu como exemplo os quatro estaleiros presentes

em Itajaí, que contratarão 2 mil novos empregados e enfrentarão dificuldades com a qualificação da mão-de-obra. “A indústria naval no Brasil terá que produzir mais de 170 embarcações para atender somente a Petrobras. Além disso, teremos alto investimento em logística, como distribuição, transporte, importação e exportação. Portanto, o estado não deve lutar somente por seus direitos de royalties, mas deve se preparar de forma alerta, organizada e

ativa para não perder esta grande oportunidade que o país está tendo”, afirmou a parlamentar.

Sobre a questão dos royalties, a senadora enfatizou que Santa Catarina recebe apenas 0,17% do total da União, o que representa, em média, R\$ 40 milhões anuais. Ela criticou o atual regime em vigor para delimitar a área de cada estado em termos de exploração no mar. Atualmente, a regra determina o sistema de linhas ortogonais, o que prejudica Santa Catarina e be-

neficia, de forma desproporcional, estados como o Rio de Janeiro.

Ideli destacou o Projeto de Lei nº 279/08, de sua autoria, que tramita no Senado Federal, que propõe um sistema de linhas paralelas proporcionalmente à costa. “Nossa proposta beneficia não só os catarinenses, mas estados como São Paulo, Paraná, Bahia, entre outros. Por conta disso, esta proposta pode aglutinar forças para uma alternativa de arrecadação menos distorcida”, concluiu.

COMISSÕES

Sinal verde para regiões metropolitanas

Projeto de lei complementar prevê instalação em Blumenau, Criciúma, Tubarão, Joinville, Grande Florianópolis e Itajaí



Eduardo Guedes de Oliveira

Emenda substitutiva global, de autoria do deputado Ponticelli, reduz de 19 para seis novas regiões

Santa Catarina poderá recriar as regiões metropolitanas de Blumenau, Criciúma, Tubarão, Joinville, Grande Florianópolis e Itajaí. O primeiro passo foi dado com a aprovação, dia 24, na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), do Projeto de Lei Complementar nº 52/09, de autoria do Executivo.

A proposta original previa a criação de 19 novas regiões metropolitanas, mas recebeu emenda substitutiva global, do relator Joares Ponticelli (PP), admitindo a recriação das regiões que haviam sido extintas e mantendo a de Chapecó que, apesar de criada, por iniciativa do deputado Gelson Merísio (DEM), ainda não estava implantada.

Esta proposta é resultado de um consenso entre os parlamentares quanto ao número de regiões e o atendimento aos critérios previstos para a criação das mesmas.

A rejeição da proposta original, segundo Ponticelli, é devido ao fato de muitas não atenderem ao principal requisito, a conurbação (conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas que constituem uma sequência, sem, contudo, se confundirem). "Com as regiões metropolitanas poderemos discutir as soluções comuns aos problemas como destinação de lixo, distribuição de água, transporte coletivo e consórcio de saúde", citou o parlamentar.

Adicional de insalubridade com índice semelhante ao do TCE

O deputado Joares Ponticelli (PP) apresentou relatório ao Projeto de Resolução nº 17/09, que define os índices percentuais do adicional de insalubridade concedidos aos servidores do Poder Legislativo. Pela proposta, os valores são semelhantes aos pagos pelo Tribunal de Contas do Estado, órgão vinculado à Assembleia, e Tribunal de Justiça.

Foram aprovados os percentuais de 20%, 30% e 40%, respectivamente, aos graus baixo, médio e alto de insalubridade. A aplicação destes será sobre o valor de R\$ 1.374,98, correspondente ao vencimento de nível médio de carreira.

Outra discussão na CCJ foi em relação à CPI do Sistema Prisional, inviabilizada com a re-

tirada assinaturas e da deputada Professora Odete de Jesus (PRB) e do deputado Narcizo Parisotto (PT). O pedido de recurso à CCJ para manifestação sobre a não criação da CPI está com pedido de vista ao deputado Pedro Uczai (PT).

Autor do recurso, Uczai quer avaliar melhor o relatório do deputado Elizeu Mattos (PMDB),

que se manifestou pela rejeição. Ele recorda que o pedido de CPI foi protocolado dia 9 deste mês e rejeitado no dia seguinte, e acrescenta que o Regimento Interno da Assembleia não prevê retirada de assinaturas.

O líder do governo, Elizeu Mattos, argumentou que não há isonomia no tratamento desta questão, pois assim como se

questiona a retirada de duas assinaturas por vontade dos parlamentares, o mesmo princípio valeria para a inclusão de mais uma assinatura, a do deputado Dirceu Dresch (PT), em momento posterior. "À CCJ só cabe a análise do pressuposto de validade que é a existência ou não das 14 assinaturas", disse Elizeu.

Audiência discute ligação asfáltica entre municípios do Alto Vale

A Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, por solicitação do deputado Jean Kuhlmann (DEM), mobilizou lideranças e a comunidade de diversos municípios do Alto Vale do Itajaí. Audiência pública realizada no dia 19 no Salão da Igreja Nossa Senhora da Glória, em Witmarsum, tratou da ligação asfáltica entre os municípios da região e o Planalto Norte.

O deputado ouviu as reivindicações em relação aos trechos considerados fundamentais para o desenvolvimento da região. Elas serão encaminhadas ao Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) para que sejam analisadas em sintonia com o Plano Rodoviário do Estado. "Queremos uma resposta técnica que será trazida ao conhecimento da comunidade em outra audiência pública", comentou Kuhlmann.

Presente na reunião, o engenheiro William Ernst Wojcikiewicz, diretor de Planejamento e

Projetos do Deinfra, explicou que alguns trechos já têm previsão para execução no Plano Rodoviário Estadual.

Entre os trechos considerados mais viáveis pelo Executivo estão o da localidade de Momena, em Itaiópolis, até Santa Teresinha (43 km), e de Santa Teresinha até Vitor Meireles.

O engenheiro acredita que seja necessário um ano para que os projetos estejam prontos, considerando o estudo da atividade econômica, a população no entorno e o fluxo de tráfego para que seja verificada a melhor proposta. Outra reivindicação foi para que as obras que do Deinfra possibilitem a ligação com a BR-116.

Repercussão

O prefeito de Witmarsum, Fridolino Nitz, comemorou a iniciativa da audiência pública para tratar das obras de ligação entre os municípios.

O prefeito de Santa Teresinha, Genir Antônio Junkes, por sua vez, lembrou da participação em algumas audiências, que resultaram na inclusão de obras no Orçamento do Estado. "Acre-

dito que estas obras possam virar realidade", observou.

Kuhlmann ressaltou a importância deste debate. "É necessário ampliar a discussão ouvindo quem realmente entende do

assunto, os moradores das localidades envolvidas. Como também é fundamental a mobilização de cada comunidade junto ao governo para que estas obras sejam realizadas."



Miriam Zomer

Requerida pelo deputado Jean Kuhlmann, reunião ouve reivindicações da comunidade sobre obras prioritárias

Audiências vão instruir projeto para disciplinar shows e eventos

Reuniões servirão de base para sugerir ao Executivo matéria que vai tratar de atividades de entretenimento

Sete audiências públicas da Comissão de Segurança Pública da Assembleia nas regiões Oeste, Meio Oeste, Planalto Serrano, Norte, Sul, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis serão o primeiro passo para elaborar projeto de lei que discipline a realização de shows e eventos em Santa Catarina. A proposta surgiu na audiência pública da Comissão, no dia 24, que debateu problemas com a concessão de alvarás para estes eventos. A intenção dos parlamentares é, após os encontros, sugerir ao Executivo a elaboração do projeto de lei que trate desse tema.

O que vigora no Estado sobre esse assunto é a Resolução 004, de 2009, da Delegacia Geral da Polícia Civil, que disciplina atividades de entretenimento. Segundo o deputado Kennedy Nunes (PP), requerente da audiência, essa resolução surgiu a partir de parecer da Procuradoria Jurídica da Assembleia, em 2008, que, após estudo, concluiu que o decreto de 1972, que tratava desse tema, não foi incluído na Constituição Estadual de 1988 e, portanto, não tinha eficácia.

Declarações de promotores e organizadores de shows e eventos de Joinville e de São Miguel do Oeste relataram problemas existentes com a concessão dos alvarás. Celso Ottoni, de Joinville, informou

que a resolução não tem a mesma aplicabilidade para todos. "Uma sanduicheria em Joinville funciona como casa de shows sem nenhum problema e minha casa de espetáculos sofre perseguição policial. Queremos trabalhar dentro da lei, mas quem fiscaliza age de forma discriminatória", afirmou.

O representante de São Miguel do Oeste, Cleumar Liebert, disse que região enfrenta problemas até mesmo para realizar festas de igreja, uma tradição de décadas. "É preciso contemplar as necessidades das comunidades e esclarecer atribuições da Secretaria de Segurança Pública, bombeiros e polícia."

O delegado Rodrigo Bortolini, gerente estadual de Fiscalização de Jogos e Diversões, disse, após ouvir os relatos, que o problema com a concessão dos alvarás está no local e não na resolução. "Em Florianópolis, por exemplo, não enfrentamos esse tipo de problema. É preciso respeitar as particularidades e agir com bom senso", afirmou.

Bortolini se propôs a participar das discussões acerca do assunto. O presidente da comissão, deputado Darci de Matos (DEM), e o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), a exemplo de Kennedy, deverão participar das audiências com a presença de comunidades, Secretaria de Segurança Pública e promotores de eventos.



Comissão de Segurança Pública vai ouvir comunidade e promotores de evento a respeito da polêmica dos alvarás

Indicação para isentar protetor

O deputado Edison Andrino (PMDB) apresentou dia 25, em Plenário, uma indicação ao governo do Estado e à Secretaria da Fazenda, solicitando a isenção do ICMS dos protetores solares. A solicitação foi feita depois que Santa Catarina foi apontada como o estado com maior incidência de câncer de pele no país.

Conforme o Ministério da Saúde, em Florianópolis, onde o medidor de raios ultravioleta está instalado, o melanoma é uma dos tumores mais frequentes, tanto entre homens, quanto em mulheres.

Enquanto a taxa nacional é de

60 novos casos para cada 100 mil habitantes, na Capital catarinense o índice é de 130 casos por 100 mil habitantes. "É por isso que precisamos isentar o protetor solar do ICMS. Somos um estado colonizado basicamente por alemães e italianos, com uma pele muito branquinha. Sem contar os nossos agricultores que trabalham todos os dias embaixo de sol escaldante", disse.

Andrino também sugeriu ao governador que apresentasse um projeto transformando o tratamento tributário do protetor solar de cosmético para remédio, que possui uma taxa diferente.

Saiba mais

O câncer de pele é o crescimento anormal e descontrolado das células que compõem a pele. Os mais comuns são os carcinomas basocelulares e os espinocelulares; o mais perigoso é o melanoma. A radiação ultravioleta é a principal responsável pelo câncer e o envelhecimento da pele. Recomenda-se o uso do protetor solar e ir à praia sempre antes das 10 horas e após as 16 horas.

Seminário debate saúde e segurança do trabalhador

Alberto Neves



Encontro trata das condições de trabalho e também da fiscalização

A Assembleia Legislativa sediou, dia 26, o III Seminário sobre a Construção da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador (PNSST) em Santa Catarina. O encontro tratou do andamento das questões relativas às condições de trabalho no país e no estado e da efetiva implementação das ações decorrentes dessa política. O debate foi realizado no Auditório Deputado Antonieta de Barros.

Conforme o procurador regional do Trabalho e coordenador do Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador do Estado, Ergon Koerner Júnior, o Brasil avançou nas questões trabalhistas, mas ainda está longe do ideal. Ele acrescentou que é preciso reforçar tanto a fiscalização por parte do MT, quanto pela vigilâncias sanitárias estadual e municipal. "Precisamos clamar

para que essa situação mude. E, com uma nova expectativa, acredito que mesmo atrasados, estamos no caminho certo", reiterou Ergon.

Representando a Assembleia Legislativa, o deputado Jailson Lima (PT) considerou que a discussão da saúde do trabalhador é de grande importância no contexto atual, onde o número de acidentes de trabalho é bastante grande.

"Estamos aqui buscando o fomento ao debate e às boas condições de trabalho para os catarinenses", disse. Ele frisou que o Legislativo pode ajudar o trabalhador, desenvolvendo leis que façam a sua proteção, além de fazer a fiscalização do trabalho infantil e a promoção de audiências públicas para tratar do assunto.

O gerente de Saúde do Tra-

balhador, Antônio de Sá Pereira, falou em nome da Secretaria de Estado da Saúde e elencou as responsabilidades da SES. Ele afirmou que Santa Catarina segue a política nacional do SUS e tem atuado na vigilância e fiscalização sanitária, dependendo da demanda.

A representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Maria Antônia Amboni, falou das preocupações das empresas em relação ao assunto. Ela citou como exemplo o SESI, uma das entidades do Sistema Fiesc, que oferece diversos serviços para a melhoria da saúde dos trabalhadores. Por fim, representando os trabalhadores, Nicolau Almeida defendeu a unidade da classe trabalhadora como única saída para que ocorra avanço nas conquistas.

APROVADOS

Parlamento garante abono a delegados

Projeto institui gratificação de representação no valor de R\$ 2 mil para categoria profissional

O Parlamento mostrou unidade durante a sessão ordinária do dia 25. Uma série de matérias foi aprovada de forma unânime, em redação final, com anuência de todos os presentes. Entre as proposições, destaque para o Projeto de Lei nº 521/09, enviado pelo Executivo, que institui gratificação de representação de delegado de polícia, no valor de R\$ 2 mil.

O PL, que concede abono aos delegados da Polícia Civil de Santa Catarina e que teve sua análise prestigiada por diversos representantes da categoria, teve longa discussão, especialmente em relação às emendas colocadas em destaque pela bancada do PT e pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT). A emenda substitutiva global apresentada pelo PT, que propunha a ampliação do benefício no valor de R\$ 500,00 para toda segurança pública, foi defendida pelos deputados Vânio dos Santos, Dirceu Dresch, Ana Paula Lima e Pedro Uczai.

Uczai argumentou que o substitutivo global não se chocava com a proposta governamental, apenas ampliava o abono. "O governo atua de forma irresponsável ao fragmentar a política salarial,

dividindo a categoria para deslegitimar o segmento. O problema não é o distanciamento financeiro, mas a desmotivação dos demais servidores", afirmou Uczai.

Já a emenda proposta pelo deputado Soares tem como base o artigo 27 da Lei Complementar 254, que estipula que "não haverá tratamento salarial diferenciado entre funcionários da segurança pública". O autor defendeu sua proposição salientando que apesar de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ter derrubado artigos da Lei 254, o artigo 27 permanece valendo.

Defasagem

O deputado Darci de Matos (DEM) salientou que o substitutivo tinha vício de origem e estava sem fundamentação legal, enquanto a outra emenda estava relacionada a diferenças entre carreiras e não na categoria. As emendas foram rejeitadas.

Apreciados os destaques, o projeto original foi debatido. Mesmo com a virtual aprovação por unanimidade, a oposição registrou seu descontentamento com a política salarial desencadeada pela atual administração.



Com galerias lotadas, deputados mostram unidade e aprovam série de projetos; emendas ao abono foram rejeitadas

O deputado Kennedy Nunes (PP) alertou que "o governo não tem uma política clara para o funcionalismo público e que os abonos, concedidos cada hora a um ramo, não valorizam o servidor público como um todo".

O também progressista Jores Ponticelli ressaltou que os problemas da segurança pública são amplos e que não é "ape-

nas esta ação paliativa que vai colocar ordem na situação. Ele criticou a defasagem salarial de sete anos em todo segmento do funcionalismo e, principalmente, a não reposição das perdas pela inflação.

Na mesma direção, o deputado Edison Andrino (PMDB), que faz parte da base governista, criticou a resolução das defasagens

salariais de forma individual. "O governo não pode tratar superficialmente o funcionalismo público. É preciso um plano de cargos e salários para toda a categoria e não um encaminhamento de abono semanalmente. Esta postura coloca categoria contra categoria e o servidor continua sem um plano de cargos e salários a sua altura", concluiu.

Incentivo à produção literária

Autorizado em redação final do Projeto de Lei nº 425/09, do então governador em exercício, deputado Jorginho Mello (PSDB), que cria o Programa Cem Cópias Sem Custo, de incentivo à produção literária e cultural, vinculado à Secretaria de Administração. Recebeu emenda substitutiva global da bancada do PT.

O programa tem objetivo de gerar oportunidades para autores, compositores, artistas em geral, carentes de recursos e apoio, divulgarem e publicarem suas obras por meio de livros, capas em papel de disco compacto – CD, folders, cartazes e marcadores de página. Visa estimular a publicação de trabalhos acadêmicos e democratizar

a produção editográfica.

A primeira tiragem de 100 cópias não terá custo; a segunda tiragem de 100 cópias terá custo de 20% do valor orçado e assim por diante até chegar à décima tiragem com 100 cópias e ao custo total do valor orçado.

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 48/09, também do Jorginho Mello quando governador em exercício, que altera o inciso XII do art. 30, que trata do modelo de gestão e a estrutura da Administração Pública Estadual. A antiga Gestão Documental e Publicação Oficial passa a ser denominada de Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina.

PCHs

Aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei nº 501/09, do deputado Marcos Vieira (PSDB), que proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no trecho do rio que antecede o Parque das Quedas, de Abelardo Luz, que provoque o desvio do curso normal das águas.

De acordo com a prefeitura de Abelardo Luz, o Complexo das Quedas é formado por um conjunto de sete quedas d'água no Rio Chapecó e outras três quedas no Rio das Éguas. No projeto, entende-se como desvio do curso normal das águas a construção de túnel ou qualquer outra construção que faça a ligação entre a margem anterior e a margem posterior.

Lara Ribas

O Projeto de Lei Complementar nº 50/09 assegura aos servidores do Hospital Comandante Lara Ribas da Polícia Militar (HPM) igualdade de benefícios atribuídos aos funcionários da Secretaria de Estado de Saúde (SES) lotados nos demais hospitais da rede pública.

O objetivo é que os servidores do HPM ganhem gratificação de hora-plantão e sobreaviso, conquistas dos servidores da SES garantidas por legislação de 2006. De origem do Executivo, a matéria do então governador em exercício, deputado Jorginho Mello (PSDB), tem objetivo de estender o que já está previsto nos artigos 19 e 22 da Lei Complementar nº 323/2006 aos efetivos em exercício no HPM.

Ensino

Foi aprovado o Projeto de Lei nº 122/09, do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), que tem como propósito punir qualquer empresa, órgão ou entidade que discrimine cidadãos que disponham de formação superior ou vida acadêmica nas modalidades de Ensino a Distância. Mais de 20 mil cidadãos residentes no estado estudam atualmente nestas modalidades de ensino superior.

A matéria recebeu emendas modificativas do deputado Pedro Uczai (PT), que atribuem ao Poder Público o recebimento de denúncias, sua análise e o encaminhamento aos órgãos competentes para medidas cabíveis.

Licença para gestantes militares

O Projeto de Lei Complementar nº 46/09, do então governador em exercício, deputado Jorginho Mello (PSDB), regulamenta as licenças maternidade e paternidade de militares estaduais. A militar gestante tem assegurada licença de 180 dias consecutivos. Relator da matéria na Comissão de Justiça, o deputado

Marcos Vieira (PSDB) apresentou duas emendas incorporadas ao projeto. A aditiva estabelece que a gestante que na data da publicação da lei encontrar-se em licença terá a continuidade da licença. A modificativa determina que as em férias ou licença-especial terão a situação interrompida e a licença retomada.

Empréstimo para realização do Microbacias 3

Foi aprovado com redação final, na sessão ordinária do dia 25, o Projeto de Lei nº 524/09, de origem governamental, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos serão destinados para a implantação do Programa Santa Catarina Rural - Microbacias 3.

Através do projeto, o Executivo fica autorizado a contrair empréstimo junto BIRD, na qualidade de agente financeiro internacional, de 90 milhões de

dólares, para a implementação do Microbacias 3 em Santa Catarina.

Ao todo, serão utilizados 180 milhões de dólares para o programa, sendo 90 milhões de dólares do governo do Estado e 90 milhões de dólares do banco.

COMUNIDADE

Os desafios da acessibilidade

Seminário Nacional e Estadual mostra potencial dos esportes adaptados para deficientes físicos

O 5º Seminário Nacional e II Seminário Estadual de Acessibilidade, realizado nos dias 18 a 20 de novembro no Auditório Deputada Antonieta de Barros, foi uma oportunidade de motivação para portadores de deficiência física. O professor de Educação Física, Steven Dubner, com especialização no Brasil e nos Estados Unidos, falou dos esportes adaptados para portadores de necessidades especiais. Com o tema "Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez", ele revelou o potencial dos portadores de deficiência física.

Steven trabalha com esse público há 26 anos, estimulando a prática de várias modalidades esportivas como natação, basquete, futebol, ciclismo, escalada para cegos, além de promover cursos educacionais. Ele falou sobre a importância de saber viver e não levar a vida tão a sério. Considera um mecanismo de estímulo por todos os países por onde passou, na palestra ele traça um paralelo entre o esporte adaptado para deficientes físicos e o desafio dos negócios, estratégia, gerenciamento de dificuldades, superação e trabalho em equipe. "Os participantes

precisam de atitude, aprender a ouvir seus anseios, pois esta pode ser a chave para superar situações ditas impossíveis", mencionou.

Um vídeo mostrou imagens de atletas portadores de deficiências que superaram suas dificuldades e alcançaram mais do que medalhas, a própria autoestima. "Precisamos sempre buscar novos caminhos, aqueles inimagináveis para alcançar objetivos. Além dos limites impostos, temos que transformar as dificuldades e crises em oportunidades e, a partir disso, enxergar "sem os olhos" e aprender a se reconstruir para reinventar o que não foi inventado", revelou.

Entre os pontos fundamentais que Steven defende estão transformar as dificuldades e crises em oportunidades; adotar uma visão de futuro com estratégia no desenvolvimento profissional; e buscar a integração a partir do trabalho em equipe.

Na busca da superação, ensina a investir em si mesmo, constantemente e defende ainda a responsabilidade social do poder público e das empresas quanto à inclusão e reintegra-



Eduardo Guedes de Oliveira

Portadores de necessidades especiais assistem a palestras motivacionais de como vencer obstáculos do dia a dia

Estatística

O Brasil tem uma população de 192 milhões de habitantes. Destes, 27 milhões são portadores de algum tipo de deficiência: física, mental, visual ou auditiva. Em qualquer cidade brasileira, de 10% a 15% da população é deficiente. A maioria dessas pessoas está escondida em casa, sem motivação e com depressão.

Nos Estados Unidos, 10 mil pessoas ficam paraplégicas por

ano. No Brasil, são 10 mil por mês, 80% por causa de acidentes de carro e armas de fogo.

"Nosso trabalho é mostrar a essas pessoas que elas são capazes de praticar esporte ou qualquer outra coisa. A partir do momento em que o deficiente começa a se valorizar, ele tem vontade de viver. O esporte é uma ferramenta para acelerar esse processo de reintegração", afirmou Steven.

A adequação da infraestrutura urbana

A palestra "Legislação e fiscalização na área de Acessibilidade: o que compete a cada um?" abriu o segundo dia do 5º Seminário Nacional do Sistema Confea/Crea e do II Seminário Estadual de Acessibilidade. Cinco representantes de órgãos públicos parceiros no processo de adequação da infraestrutura urbana conduziram os trabalhos.

Representando o Ministério Público Federal, a procuradora da República, Ana Lúcia Hartmann, relatou ações, responsabilidades e o dever que o órgão tem na defesa dos direitos à cidadania de maneira geral. Ela não considera o MP como um quarto poder, mas como um poder extra que age diretamente na manutenção do interesse público maior, que é o da sociedade em geral.

A procuradora considerou o tema do seminário muito pertinente, porém complexo, em consequência do grande número de

normas e regramentos. "Temos uma legislação muito ampla e moderna, por isso encontramos dificuldades de colocar na prática o que está no papel. Entretanto, temos que buscar soluções, pois só se constrói uma sociedade democrática se todas as pessoas com ou sem deficiência participarem dessa construção". Ana Lúcia se refere às mudanças nas ruas, nos prédios públicos, universidades, transporte coletivo e outros, que resultam em demandas sociais.

Luiz Fernando Góes Ulysséa, promotor de Justiça do Ministério Público Estadual, destacou algumas ações concretas do MP no Estado, além do suporte oferecido em ações referentes a diversos temas como direito do consumidor, matéria tributária, infância e juventude, meio ambiente e cidadania.

O presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arqui-

tetura e Agronomia do Mato Grosso do Sul (CREA-MS), Jary de Carvalho e Castro, afirmou que o foco central do CREA-MS é fiscalizar as obras e os serviços técnicos vinculados às diversas profissões que representa. Entre as ações, ele destacou a publicação de guias e cartilhas, a criação de fóruns, reuniões de comissão e grupo de trabalho.

Em nome do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o auditor fiscal de controle externo, Pedro Jorge Rocha de Oliveira, lembrou que a função do tribunal é fiscalizar as obras públicas do ponto de vista da legalidade. Ele enfatizou que qualquer mudança tem seu início e Norte na educação.

Representando a Federação Catarinense de Municípios, o prefeito de Siderópolis, Douglas Glenn Warmling (PP), afirmou que o seminário serviu para conscientizar ainda mais os administradores sobre o assunto.

Intercâmbio de experiências e dificuldades

No 5º Seminário Nacional do Sistema Confea/CREA e 2º Seminário Estadual de Acessibilidade, na Assembleia Legislativa, foram apresentadas experiências bem-sucedidas de mobilidade urbana. No painel "Aprendendo com a prática: percursos urbanos acessíveis", a prefeitura de São Paulo, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentaram experiências e projetos desenvolvidos na área

– experiências positivas e dificuldades vivenciadas.

A professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, arquiteta Marta Dischinger, mostrou como a universidade pode contribuir para ações de inclusão social promovendo acessibilidade espacial. Desde 1996 são desenvolvidos diversos projetos de pesquisa e extensão, inclusive com visitas a diversos países onde a experiência com pisos táteis apresenta resultados positivos. Um dos projetos mais

atuais da UFSC é com pisos táteis de polímero, considerado um material resistente. A nova legislação brasileira de acessibilidade obriga a utilização de pisos táteis para pessoas com deficiência visual em locais de uso público, como ruas, metrô e terminais de ônibus. "Há pouca variedade e baixo desempenho deste tipo de produto para uso em áreas edificadas internas e externas. Os ambientes amplos e com poluição sonora, por exemplo, são os mais críticos para pessoas

com deficiência visual. Se usados de maneira errada são ineficazes", ressaltou.

Os pisos táteis devem identificar perigos potenciais, conduzir caminho seguro, identificar mudanças de rota e presença de atividade. Experiências com esse tipo de piso no Brasil e em outros países apresentam problemas comuns. Em Florianópolis, por exemplo, fotos nos terminais urbanos da cidade mostram que o piso tátil não está de acordo com as normas e que,

por desconhecimento, pessoas sem deficiência visual usam o espaço para aguardar o ônibus.

Para a mediadora do painel, arquiteta Vera Helena Bins Ely, diversos problemas de acessibilidade precisam ser solucionados. "É preciso que as vias públicas sejam acessíveis, que o percurso tenha rebaixamento no meio-fio para cadeiras de rodas; que o tempo para a travessia seja maior para permitir que idoso ou deficiente possa atravessar a rua com segurança."

AL NOTÍCIAS

Especial



Distribuição gratuita

Escolas vivenciam prática legislativa no Parlamento Jovem

Nona edição do programa reúne alunos de Bom Jardim da Serra, Canoinhas, Chapecó, Balneário Piçarras, Canelinha, Ouro, Joinville e Criciúma

Miriam Zomer



Na solenidade de abertura, no Auditório Antonieta de Barros, estudantes conhecem objetivos e relevância do programa, que a cada edição recebe a inscrição de mais de 230 escolas

Denise Arruda Montagna

Estudantes de oitos escolas de diferentes regiões do estado participaram da nona edição do Programa Parlamento Jovem. Nos dois dias do evento, eles conheceram a rotina do Legislativo e tiveram uma verdadeira lição prática de cidadania. Eles apresentaram projetos de lei que foram discutidos e votados em Plenário. As matérias aprovadas pelos jovens podem ser aproveitadas pela Comissão de Legislação Participativa.

Nessa edição, participaram alunos da Escola Estadual Básica Adolfo José Martins, de Bom Jardim da Serra, na região serrana; Escola Estadual Básica Santa Cruz, de Canoinhas, Planalto Norte; Escola Estadual Básica Professora Irene Stonoga, de Chapecó,

região Oeste; Centro Educacional Crandon, de Balneário Piçarras, Litoral Norte; Escola Estadual Básica Bartolomeu da Silva, de Canelinha, na Grande Florianópolis; Escola Estadual Básica Prefeito Silvio Santos, de Ouro, Meio Oeste; Escola Estadual Básica Presidente Médici, de Joinville, região Norte; e a Escola Estadual Básica Rubens de Arruda Ramos, de Criciúma, região Sul.

Na solenidade de abertura do programa, dia 25, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), deu boas-vindas aos parlamentares mirins e salientou a importância da juventude para o futuro da política e da sociedade. Ele enfatizou os objetivos do projeto, bem como a sua relevância na vida de cada aluno.

“Cada detentor de mandato teve uma história e não tiveram a oportunidade de passar por um momento destes antes de ocupar um cargo eletivo, enquanto ainda estavam na escola. É um período de ouro”, afirmou.

Ponticelli informou que mais de 230 escolas são inscritas a cada edição e somente oito são sorteadas. “É uma oportunidade ímpar. Vocês sairão daqui com uma bagagem enorme. Aproveitem estes dois dias”, aconselhou.

Força

Os alunos Tafarel Cassaniga, da EEB Bartolomeu da Silva, e Rod Von Semenoff Romano, da EEB Adolfo José Martins, integraram a Mesa de abertura e falaram em nome dos 126 alunos, entre os quais 40 foram eleitos deputados desta edi-

ção. Tafarel acredita em uma força maior para mudar alguma coisa no país. Para ele, a juventude poderá fazer algo diferente e melhorar o futuro da sociedade. “Os jovens precisam saber a real importância da política para mudar o futuro do país”, declarou.

Já Rod Von agradeceu o incentivo dado pelos seus professores para que seu grupo estivesse no evento. Ele fez uma reflexão sobre a política e as demais atividades do dia a dia. “Envolve muitas coisas e é por isso que estamos aqui hoje. Porque o jovem é o futuro e queremos participar dele”, ponderou.

Os professores foram representados por Luiza Region Granemann, da EEB Santa Cruz, e Clevi Salete de Quadros, da EEB Professora Irene Stonoga. Para Luiza, o projeto desperta

a consciência dos jovens para sua importância no contexto social e político, enquanto Clevi ressaltou que algumas pessoas ainda trocam seu voto por uma cesta básica. “Vocês estão aqui para fazer a diferença. Vejo que trazem consigo o sentimento de ser cidadão e ser cidadão é participar”, afirmou Clevi.

O Parlamento Jovem é um projeto da Assembleia Legislativa, sob coordenação da Escola do Legislativo, criado para estimular a participação política entre os jovens. Durante dois dias, os estudantes de oito escolas recebem instruções, participaram de palestras sobre temas referentes ao Poder Legislativo e acompanham as atividades exercidas pelos parlamentares, além de executá-las durante este período.

ESCOLA DO LEGISLATIVO

A escolha dos 40 representantes

Estudantes do nível médio das escolas públicas e privadas das regiões Oeste, Meio Oeste, Planalto Serrano, Norte, Sul, Litoral Norte, Planalto Norte e Grande Florianópolis elegeram, dia 26, os 40 deputados, através de processo eleitoral realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Após a escolha, eles receberam explicações sobre as competências institucionais dos três poderes, com ênfase no Poder Legislativo e o papel institucional do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Cada escola sorteada escolheu um tema para os projetos que apre-

sentados e votados mais tarde em Plenário. Após a eleição, com o uso de urna eletrônica, foram eleitos os deputados-estudantes.

Segundo a coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Vieira Pedrozo, a cada ano aumenta o interesse dos estudantes em participar do Parlamento Jovem. Tanto que as escolas estão disponibilizando horas semanais de estudo sobre o programa e o Poder Legislativo, com o envolvimento de toda a comunidade.

O professor da USP, Luiz Barco, que proferiu palestra sobre educação, comunicação e compromisso

da juventude, disse que o estudante precisa ter a cidadania introjetada na sua cultura. "Para que isso ocorra é preciso ofertar escola de qualidade, valorizar todas as profissões, qualquer que seja a escolha do estudante: desde um faxineiro até um deputado, basta que seja um bom cidadão", afirmou.

Para a deputada-estudante Eloíse Caroline Schaker, o Parlamento Jovem é uma oportunidade de valorização dos estudantes. "Normalmente, nós, jovens, somos esquecidos pela classe política, e aqui nos sentimos valorizados, ativos, participantes", concluiu.

Eduardo Guedes de Oliveira



Alunos destacam a valorização

A Mesa

- Presidente:** Tafarel Cassaniga (Canelinha)
1º Vice-presidente: Daniel Boita (Chapecó)
2º Vice-presidente: Indiar Louvatel (Ouro)
1ª Secretária: Ana Paula da Silva (Bom Jardim da Serra)
2ª Secretário: Francine Ferreira (Canoinhas)
3ª Secretário: Elias Saldanha Moreira (Criciúma)
4ª Secretária: Carina Oederdenge de Britto (Joinville)
5ª Secretária: Bárbara Reis (Balneário Piçarras)*

*A decisão de escolher um quinto secretário é para que as oito escolas tenham assento à Mesa

Confira a lista dos eleitos

Partido da Juventude Comunicação Inclusiva Curricular (PJIC)

Líder: Rayane Lemes Gomes de Abreu
 Luiz Henrique Dias Moraes,
 Franciéle Jaqueline Borchart,
 Ana Cláudia Matosam,
 Carina Oederdenge de Britto
 Sabrina Andressa Branco

Partido Solução Jovem (PSJ)

Líder: Marcio Correa Alves (Criciúma)
 Elias Saldanha Moreira
 Vandrey Fidélis
 Jhonatan Libardoni Antonello
 Marcio Correa Alves
 Juliano Satorno da Silva

Partido Jovem do Planalto (PJPS)

Líder: Maria Ângela da Silva (Bom Jardim da Serra)
 Ana Paula da Silva
 Aline Teske Velho
 Erik Constante de Farias
 Maria Ângela da Silva
 Rod Von Semenoff Romano

Partido Amigo dos Idosos (PAI)

Líder: Marlon Rodrigo Noernberg (Canoinhas)
 Cibely Schipitoski
 Patrícia Rincon
 Maiara Wendt
 Marlon Rodrigo Noernberg
 Francine Ferreira

Movimento Cultural Jovem (MCJ)

Líder: José Carlos Medeiros (Canelinha)
 Tafarel Cassaniga
 Patrícia Darosci
 José Carlos Medeiros
 Fernanda Roberti
 Antonio Carlos Cirilo Junior

Partido da Juventude Comunicação Inclusiva Curricular (PJIC)

Líder: Rayane Lemes Gomes de Abreu (Chapecó)
 Édipo Mench
 Rayane Lemes Gomes de Abreu
 Daniel Boita
 Karine Cecília Finatto
 Vanessa dos Santos

Partido Jovem pela Justiça Social (PJS)

Líder: Guilherme Simões Martins (Piçarras)
 José Pedro Cardoso Valdrich
 Eloíse Caroline Shaker
 Guilherme Simões Martins
 Bárbara Reis
 Thaise Camila Bolzan

Partido da Juventude Rural Inclusiva (PJRI)

Líder: Marcos Fernando Kwiatkowski (Ouro)
 Ana Carolina Colombo
 Gessica Carolina Maschio
 Priscila Garcia
 Indiar Louvatel
 Marcos Fernando Kwiatkowski.



Eleitos pelos colegas, deputados-estudantes vivenciam rotina do Legislativo em sessão ordinária, em que foram apresentados, discutidos, votados e aprovados os projetos de lei

Juventude e cultura lideram enfoque de projetos de lei

Estudantes de oito escolas participam de todo processo legislativo, desde a elaboração até a votação de matérias

Graziela May Pereira

Juventude e cultura foram principais temas dos projetos de lei apresentados pelos deputados-estudantes nas oito escolas selecionadas, na sessão ordinária, do 9ª edição do Parlamento Jovem. O objetivo do programa é fazer com que os deputados-estudantes vivenciem situações reais da atividade político-partidária desde a elaboração, apresentação, discussão e votação de projetos. Cada escola apresenta um projeto.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), afirmou que o Parlamento Jovem está consolidado no calendário da Assembleia Legislativa e cada vez mais sua credibilidade aumenta. "Conseguimos sentir isso no esforço que cada escola faz para participar desse evento tão grandioso para a política catarinense. Para a próxima edição, cerca de 230 escolas se inscreveram. É o resultado positivo de um bom trabalho."

A sessão ordinária começou com cada escola falando ou mostrando vídeos sobre suas

cidades. No horário destinado aos partidos, cada escola falou sobre sua instituição e defendeu suas propostas. Na 9ª Edição do Parlamento Jovem, participaram escolas de Bom Jardim da Serra, Criciúma, Chapecó, Canelinha, Canoinhas, Ouro, Joinville e Balneário de Piçarras.

Depois da aprovação dos projetos apresentados, as propostas seguiram para a Comissão de Legislação Participativa. Se a comissão aprovar, serão enviados às comissões permanentes.

O deputado-estudante Rod Von Semenoff Romano, de Balneário Piçarras, defendeu seu projeto que trata da Semana Estadual da Juventude e Cultura. "Nosso objetivo é contribuir com o debate sobre políticas públicas para a juventude e envolver os jovens em eventos relacionados a diversos assuntos. Estar aqui é demonstrar interesse", falou.

Conforme a coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Vieira Pedrozo, o Parlamento Jovem não tem propósito de só tratar de política. "Estamos todos aqui para aprender sobre política e democracia", observou.

As matérias

Eventos

Dispõe sobre a Semana Estadual da Juventude e Cultura, a ser realizada, anualmente, nos últimos sete dias de setembro, integrando o Calendário de Eventos Oficiais do Estado de Santa Catarina.

Partido Jovem do Planalto (PJPS)
E. E. B. Adolfo José Martins – Bom Jardim da Serra

Incentivo rural

Cria o Programa de Incentivo ao Jovem Rural, propiciando sua permanência na agricultura através da garantia de ingresso no ensino superior a distância. A finalidade é elevar a qualidade de vida.

Partido da Juventude Rural Inclusiva (PJRI)
E.E.B. Prefeito Silvio Santos – Ouro

Deficientes

Incluir como disciplina curricular formas de comunicação para deficientes, oportunizando o acesso a formas de comunicação e promovendo a possibilidade de diálogo.

Partido da Juventude Comunicação Inclusiva Curricular (PJIC)
E.E.B. Professora Irene Stonoga – Chapecó

Lazer

Cria mais acessibilidade para os jovens deficientes, tanto no lazer como no esporte, além de buscar incentivos para a prática. As modalidades esportivas vão das mais tradicionais até as artes marciais.

Partido Jovem Criador do Futuro (PJCF)
E.E.B. Presidente Medici – Joinville

Incentivo

Trata do incentivo à cultura através de doações de pessoas jurídicas sediadas no estado. Os recursos provêm de valores devidos de ICMS. Devem ser aplicados em projetos de origem de escolas públicas.

Movimento Cultural Jovem (MCJ)
E.E.B. Bartolomeu Silva – Canelinha

Calendário

Dispõe sobre o calendário escolar da rede estadual de ensino. A proposta prevê o início das aulas somente após o Carnaval, com um ano letivo de 800 horas ou 200 dias letivos.

Partido Jovem pela Justiça Social (PJPS)
Centro Educacional Crandon – Balneário Piçarras

Idoso

Propõe a obrigatoriedade de projetos sociais com interação Jovem/Idoso nas escolas da rede pública estadual, como troca de experiências, visando à integração entre os educandos e a terceira idade, incluindo visitas.

Partido Amigos dos Idosos (PAI)
E.E.B. Santa Cruz – Canoinhas

Trânsito

Acrescenta a disciplina "Trânsito e Cidadania nas séries de ensino médio com o objetivo de trabalhar temas como legislação, segurança e educação para o trânsito. A proposta pretende diminuir os acidentes.

Partido Solução Jovem (PSJ)
E.E.B. Rubens de Arruda Ramos – Criciúma

Palestra

Os grandes problemas das cidades

Após a abertura da nona edição do Parlamento Jovem, no dia 25 no Auditório Deputada Antonieta de Barros, da Assembleia Legislativa, os estudantes de oito escolas catarinenses assistiram à palestra do professor de Medicina da Universidade de São Paulo, Luiz Barco, sobre "Educação, Comunicação e Compromisso da Juventude". Entre brincadeiras e conselhos, o professor conseguiu prender a atenção de mais de 120 alunos e seus professores.

Assuntos atuais de relevância para a sociedade estiverem em pauta. Entre eles, a preservação do meio ambiente. "Sugiro que vocês pensem nos grandes problemas das suas cidades", aconselhou. O professor falou sobre a falta de cuidado com as matas ciliares e as grandes florestas e criticou os governantes que administram municípios e cidades como se fossem as suas fazendas, desmatando hectares de floresta nativa.

"Fazem chantagem emocional para justificar suas ações. Dizem que desmataram para garantir o emprego e o sustento de várias famílias", acusou.

Ele estimulou os professores a terem mais coragem para pensar no futuro, nas próximas gerações, sem se preocupar exclusivamente com os seus empregos. "É nesse país que vocês devem pensar e não no amanhã. A minha geração está deixando um país com desgaste ético. Nós permitimos que a sociedade jogasse fora alguns valores fundamentais", disparou.

Barco disse que a corrupção começa em casa, nos pequenos atos. "Vocês devem dizer não a uma série de coisas que estão acontecendo. Temos que fazer de vocês gente, porque a nossa geração não conseguiu produzir gente que se respeite, indiferentemente de diferenças raciais e de opção sexual, e, sobre isto, construir a cidade", declarou.

Carlos Kilian



Professor da USP, Luiz Barco, dá lição de cidadania em palestra

Sorteada a próxima edição

Saiba mais

- Vale do Itajaí: Escola Básica Adelaide Konder, de Navegantes;
- Meio-Oeste: Colégio Cenecista Marcos Holsen, de Caçador;
- Grande Florianópolis: Escola de Educação Básica Edith Gama Ramos, de Florianópolis;
- Nordeste: Colégio Evangelista Jaraguá, de Jaraguá do Sul;
- Planalto Serrano: Colégio Vereador Ruy Comarella, de Correia Pinto;
- Oeste: Escola de Educação Básica Cristo Rei, de São João do Oeste;
- Planalto Norte: Escola Educação Básica Irmã Maria Felicitas, de Canoinhas;
- Sul: Escola Estadual Básica João Teixeira Nunes, Tubarão.

GALERIA

Representantes do Parlamento Jovem

Alunos das oito escolas que participaram da nona edição do programa da Assembleia Legislativa

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



E.E.B. Bartolomeu Silva - Canelinha



E.E.B. Prefeito Silvio Santos - Ouro



E.E.B. Professora Irene Stonoga - Chapecó



E.E.B. Rubens de Arruda Ramos - Criciúma



E. E. B. Adolfo José Martins - Bom Jardim da Serra



E.E.B. Presidente Medici - Joinville



Centro Educacional Crandon - Balneário Piçarras



E.E.B. Santa Cruz - Canoinhas